

INTRODUÇÃO

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte
Ed. UFMG, 1999.

C A P Í T U L O I

DA CIDADE À SOCIEDADE URBANA

Partiremos de uma hipótese: *a urbanização completa da sociedade*. Hipótese que posteriormente será sustentada por argumentos, apoiada em fatos. Esta hipótese implica uma definição. Denominaremos “sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real.

Essa definição acaba com a ambigüidade no emprego dos termos. Com efeito, freqüentemente se designa por essas palavras, “sociedade urbana”, qualquer cidade ou *citê*:¹ a *citê* grega, a cidade oriental ou medieval, a cidade comercial ou industrial, a pequena cidade ou a megalópolis. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. Compara-se entre si “sociedades urbanas” que nada têm de comparáveis. Isso favorece as ideologias subjacentes: o *organicismo* (cada “sociedade urbana”, em si mesma, seria um “todo” orgânico), o *continuismo* (haveria continuidade histórica ou permanência da “sociedade urbana”), o *evolucionismo* (os períodos, as transformações das relações sociais, esfumando-se ou desaparecendo).

Aqui, reservaremos o termo “sociedade urbana” à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*. Um importante aspecto do problema teórico é o de conseguir situar as discontinuidades em relação às continuidades, e inversamente. Como existiriam discontinuidades

PASTA	PROFESSOR	CÓPIA	PG	TOTAL
Geo 37	L. FERNANDES	C	1	10

absolutas sem continuidades subjacentes, sem suporte e sem processo inerente? Reciprocamente, como existiria continuidade sem crises, sem o aparecimento de elementos ou de relações novas?

As ciências especializadas (ou seja, a sociologia, a economia política, a história, a geografia humana etc.) propuseram numerosas denominações para caracterizar a “nossa” sociedade, realidade e tendências profundas, atualidade e virtualidades. Pôde-se falar de sociedade industrial e, mais recentemente, de sociedade pós-industrial, de sociedade técnica, de sociedade de abundância, de lazeres, de consumo etc. Cada uma dessas denominações comporta uma parcela de verdade empírica ou conceitual, de exagero e de extrapolação. Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: sociedade urbana, que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade. Isso, por conseguinte, não tira o valor de outra caracterização crítica da realidade contemporânea como, por exemplo, a análise da “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

Trata-se de uma hipótese teórica que o pensamento científico tem o direito de formular e de tomar como ponto de partida. Tal procedimento não só é corrente nas ciências, como é necessário. Não há ciência sem hipóteses teóricas. Destaquemos desde logo que nossa hipótese, que concerne às ciências ditas “sociais”, está vinculada a uma concepção epistemológica e metodológica. O conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto já real. Em contrapartida, ele não constrói necessariamente seu objeto em nome de uma teoria prévia do conhecimento, de uma teoria do objeto ou de “modelos”. Para nós, aqui, o objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo em que a hipótese refere-se ao objeto. Se esse “objeto” se situa além do constatável (empírico), nem por isso ele é fictício. Enunciamos um objeto virtual, a sociedade urbana, ou seja, um objeto possível, do qual teremos que mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionando-os a um processo e a uma práxis (uma ação prática).

Que essa hipótese deva ser legitimada, não deixaremos de reiterar e tentar. Os argumentos e provas em seu favor não faltam, das mais simples às mais sutis.

Será preciso insistir demoradamente que a produção agrícola perdeu toda autonomia nos grandes países industriais, bem como à escala mundial? Que ela não mais representa nem o setor principal, nem mesmo um setor dotado de características distintivas (a não ser no subdesenvolvimento)? Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza”. Para os produtores agrícolas, os “camponeses”, projeta-se no horizonte a agrovila, desaparecendo a velha aldeia. Prometida por N. Khrouchtchev aos camponeses soviéticos, a agrovila concretiza-se aqui e ali no mundo. Nos Estados Unidos, exceto em algumas regiões do Sul, os camponeses virtualmente desapareceram; apenas persistem ilhotas de pobreza camponesa ao lado das ilhotas de pobreza urbana. Enquanto esse aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole. É assim que nossa hipótese impõe-se, ao mesmo tempo como ponto de chegada dos conhecimentos



PASTA	PROFESSOR	CODIGO	PG	TOTAL
Geo 37	I. FERNANDES	C	2	10

adquiridos e como ponto de partida de um novo estudo e de novos projetos: a urbanização completa. A hipótese a antecipa. Ela prolonga a tendência fundamental do presente. Através e no seio da "sociedade burocrática de consumo dirigido" a sociedade urbana está em gestação.

Argumento negativo, demonstração pelo absurdo: nenhuma outra hipótese convém, nenhuma outra abarca o conjunto dos problemas. Sociedade pós-industrial? Coloca-se uma questão: o que vem depois da industrialização? Sociedade de lazeres? Contenta-se com uma parte da questão; limita-se o exame das tendências e virtualidades aos "equipamentos", atitude realista que deixa intacta a demagogia dessa definição. Consumo maciço aumentando indefinidamente? Contenta-se em tomar os índices atuais e *extrapolá-los*, arriscando-se assim a *reduzir* realidade e virtualidades a um único de seus aspectos. E assim por diante.

A expressão "sociedade urbana" responde a uma necessidade teórica. Não se trata simplesmente de uma apresentação literária ou pedagógica, nem de uma formalização do saber adquirido, mas de uma elaboração, de uma pesquisa, e mesmo de uma formação de conceitos. Um movimento do pensamento em direção a *um certo concreto* e talvez *para o concreto* se esboça e se precisa. Esse movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a *prática urbana*, apreendida ou re-apreendida. Sem dúvida, haverá um umbral a transpor antes de entrar no concreto, isto é, na prática social apreendida teoricamente. Não se trata, portanto, de buscar uma receita empírica para fabricar este produto, a realidade urbana. Não é isso o que freqüentemente se espera do "urbanismo" e o que muitas vezes os "urbanistas" prometem? Contra o empirismo que constata, contra as extrapolações que se aventuram, contra, enfim, o saber em migalhas pretensamente comestíveis, é uma *teoria* que se anuncia a partir de uma *hipótese teórica*. A essa pesquisa, a essa elaboração, associam-se procedimentos de *método*. Por exemplo, a pesquisa concernente a um *objeto virtual*, para defini-lo e realizá-lo a partir de um projeto, já tem um nome. Ao lado dos procedimentos e operações clássicas, a *dedução* e a *indução*, há a *transdução* (reflexão sobre o objeto *possível*).

O conceito de "sociedade urbana" apresentado anteriormente implica, portanto, simultaneamente, uma hipótese e uma definição.

Do mesmo modo, em seguida, utilizando-se as palavras "revolução urbana", designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à *sociedade urbana* passará ao primeiro plano. Entre as transformações, algumas serão bruscas. Outras graduais, previstas, concertadas. Quais? Será preciso tentar responder esta questão legítima. De antemão, não é certo que, para o pensamento, a resposta seja clara, satisfatória, sem ambigüidade. As palavras "revolução urbana" não designam, por essência, ações violentas. Elas não as excluem. Como separar antecipadamente o que se pode alcançar pela ação violenta e o que se pode produzir por uma ação racional? Não seria próprio da violência desencadear-se? E próprio ao pensamento reduzir a violência ao mínimo, começando por destruir os grilhões no pensamento?

No que concerne ao urbanismo, eis duas balizas no caminho que será percorrido:

a) muitas pessoas, desde alguns anos, têm visto no urbanismo uma prática social com caráter científico e técnico. Nesse caso, a reflexão teórica poderia e deveria apoiar-se nessa prática, elevando-a ao nível dos conceitos e, mais precisamente, ao nível *epistemológico*. Ora, a ausência de uma tal epistemologia urbanística é flagrante. Iremos aqui nos esforçar para preencher tal lacuna? Não. Com efeito, essa lacuna tem um sentido. Não seria porque o caráter *institucional* e *ideológico* disso a que se chama urbanismo prevalece, até nova ordem, sobre o caráter científico? Supondo que esse procedimento possa se generalizar, e que o conhecimento sempre passe pela epistemologia, o urbanismo contemporâneo parece distante disso. É preciso saber por que e dizê-lo;

b) tal como ele se apresenta, ou seja, como *política* (com esse duplo aspecto institucional e ideológico), o urbanismo condiciona-se a uma dupla crítica: uma crítica de direita e uma crítica de esquerda.

A *crítica de direita*, ninguém a ignora, é de bom grado passadista, não raro humanista. Ela oculta e justifica, direta

PASTA	PROFESSOR	CÓDIGO	PG	TOTAL
600 37	L. FERNANDO	C	3	10

ou indiretamente, uma ideologia neoliberal, ou seja, a “livre empresa”. Ela abre o caminho a todas as iniciativas “privadas” dos capitalistas e de seus capitais.

A *crítica de esquerda*, muitos ainda a ignoram, não é aquela pronunciada por esse ou aquele grupo, agremiação, partido, aparelho, ou ideólogo classificados “à esquerda”. É aquela que tenta abrir a via do possível, explorar e balizar um terreno que não seja simplesmente aquele do “real”, do realizado, ocupado pelas forças econômicas, sociais e políticas existentes. É, portanto, uma crítica *u-tópica*, pois toma distância em relação ao “real”, sem, por isso, perdê-lo de vista.

Dito isso, tracemos um eixo:

0 —————→ 100%

que vai da ausência de urbanização (a “pura natureza”, a terra entregue aos “elementos”) à culminação do processo. Significante desse significado — o *urbano* (a realidade urbana) —, esse eixo é ao mesmo tempo espacial e temporal: espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor, depois predominante, da prática e da história. Esse esquema apresenta apenas um aspecto dessa história, um recorte do tempo até certo ponto abstrato e arbitrário, dando lugar a operações (periodizações) entre outras, não implicando em nenhum privilégio absoluto, mas numa igual necessidade (relativa) em relação a outros recortes.

No caminho percorrido pelo “fenômeno urbano” (numa palavra: o urbano), coloquemos algumas balizas. No início, o que há? Populações destacadas pela etnologia, pela antropologia. Em torno desse zero inicial, os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) marcaram e nomearam o espaço; eles o exploraram balizando-o. Indicaram os lugares nomeados, as topias fundamentais. Topologia e grade espacial que, mais tarde, os camponeses, sedentarizados, aperfeiçoaram e precisaram sem perturbar sua trama. O que importa é saber que em muitos lugares no mundo, e sem dúvida em todos os lugares onde a história aparece, a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia. A representação segundo a qual o campo cultivado, a aldeia e a civilização camponesa, teriam

lentamente secretado a realidade urbana, corresponde a uma ideologia. Ela generaliza o que se passou na Europa por ocasião da decomposição da romanidade (do Império Romano) e da reconstituição das cidades na Idade Média. Pode-se muito bem sustentar o contrário. A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis, que se tornaram protetores, exploradores e opressores, isto é, administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado. A *cidade política* acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia.

É evidente que essa tese não tem sentido quando se trata dos imensos espaços onde um seminomadismo, uma miserável agricultura itinerante sobreviveram interminavelmente. É certo que ela se apóia sobretudo nas análises e documentos relativos ao “modo de produção asiático”, às antigas civilizações criadoras, ao mesmo tempo, de vida urbana e de vida agrária (Mesopotâmia, Egito etc.²). A questão geral das relações entre a cidade e o campo está longe de ser resolvida.

Arrisquemo-nos, então, a colocar a *cidade política* no eixo espaço-temporal perto da origem. Quem povoava essa cidade política? Sacerdotes e guerreiros, príncipes, “nobres”, chefes militares. Mas também administradores, escribas. A cidade política não pode ser concebida sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobrança de taxas. Ela é inteiramente ordem e ordenação, poder. Todavia, ela também implica um artesanato e trocas, no mínimo para proporcionar os materiais indispensáveis à guerra e ao poder (metais, couros etc.), para elaborá-los e conservá-los. Conseqüentemente, ela compreende, de maneira subordinada, artesãos, e mesmo operários. A cidade política administra, protege, explora um território freqüentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí, a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento de tributos.

Nunca ausentes, a troca e o comércio devem aumentar. De início confiados a pessoas suspeitas, os “estrangeiros”, eles

se fortalecem *funcionalmente*. Os lugares destinados à troca e ao comércio são, de início, fortemente marcados por signos de *heterotopia*. Como as pessoas que se ocupam deles e os ocupam, esses lugares são, antes de mais nada, excluídos da cidade política: caravancharás, praças de mercado, *faubourgs*³ etc. O processo de integração do mercado e da mercadoria (as pessoas e as coisas) à cidade dura séculos e séculos. A troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento. A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro). Inumeráveis fatos testemunham a existência, ao lado da Atenas política, tanto da cidade comercial, o Pireu, quanto as interdições em vão repetidas à disposição de mercadorias na ágora, espaço livre, espaço do encontro político. Quando Cristo expulsa os mercadores do templo, trata-se da mesma interdição, com o mesmo sentido. Na China, no Japão, os comerciantes permanecem durante longo tempo na baixa classe urbana, relegada num bairro “especializado” (heterotopia). Em verdade, é apenas no Ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade. Pode-se conceber que outrora os mercadores itinerantes, um pouco guerreiros, um pouco saqueadores, escolheram deliberadamente as ruínas fortificadas das cidades antigas (romanas) para levar a cabo sua luta contra os senhores territoriais. Nesta hipótese, a cidade política, renovada, teria servido de quadro à ação que iria transformá-la. No curso dessa luta (de classes) contra os senhores, possuidores e dominadores do território, luta prodigiosamente fecunda no Ocidente, criadora de uma história e mesmo de história *tout court*, a praça do mercado torna-se central. Ela sucede, suplanta, a praça da reunião (a ágora, o fórum). Em torno do mercado, tornado essencial, agrupam-se a igreja e a prefeitura (ocupada por uma oligarquia de mercadores), com sua torre ou seu campanário, símbolo de liberdade. Deve-se notar que a *arquitetura* segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a Liberdade. Luta grandiosa e irrisória. Nesse sentido, houve razão em estudar, dando-lhes um valor simbólico, as “*bastides*”⁴

do sudoeste, na França, primeiras cidades a se constituírem em torno da praça do mercado. Ironia da história. O fetichismo da mercadoria aparece com o reino da mercadoria, com sua lógica e sua ideologia, com sua língua e seu mundo. No século XIV, acredita-se ser suficiente estabelecer um mercado e construir lojas, pórticos e galerias ao redor da praça central, para que os mercadores e compradores afluam. Senhores e burgueses edificam, então, cidades mercantis nas regiões incultas, quase desérticas, ainda atravessadas por rebanhos e seminômade transumantes. Tais cidades do sudoeste francês perecem, apesar de terem os nomes de grandes e ricas *cités* (Barcelona, Bolonha, *Plaisance*, Florença, Granada etc.). De todo modo, a *cidade mercantil* tem seu lugar, no percurso, depois da cidade política. Nessa data (aproximadamente no século XIV, na Europa Ocidental), a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função fez surgir uma *forma* (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano. As transformações de Paris ilustram essa complexa interação entre os três aspectos e os três conceitos essenciais: função, forma, estrutura. Os burgos e *faubourgs*, inicialmente comerciais e artesanais — *Beaubourg, Saint-Antoine, Saint-Honoré* —, tornam-se centrais, disputando a influência, o prestígio e o espaço com os poderes propriamente políticos (as instituições), obrigando-os a compromissos, participando com eles da constituição de uma poderosa unidade urbana.

Num determinado momento, no Ocidente europeu, tem lugar um “acontecimento” imenso e, entretanto, latente, se se pode dizer, porque despercebido. O peso da cidade no conjunto social torna-se tal que o próprio conjunto desequilibra-se. A relação entre a cidade e o campo ainda conferia a primazia a este último: à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos nobiliários). A cidade conservava, em relação aos campos, um caráter heterotópico marcado tanto pelas muralhas quanto pela transição dos *faubourgs*. Num dado momento, essas relações múltiplas se invertem, há uma reviravolta. No eixo deve ser indicado o momento privilegiado dessa reviravolta, dessa inversão da heterotopia. Desde então, a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto

PASTA	PROFESSOR	CÓDIGO	PG	TOTAL
Geo 37	L. FERNANDES	C	5	10

à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição "cidade-campo". O campo? Não é mais — não é nada mais — que a "circunvizinhança" da cidade, seu horizonte, seu limite. As pessoas da aldeia? Segundo sua própria maneira de ver, deixam de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a cidade, para o mercado urbano. E, se sabem que os mercadores de trigo ou madeira os exploram, encontram porém no mercado o caminho da liberdade.

O que se passa próximo a esse momento crucial? As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) é o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana. Desde esse momento, a sociedade não coincide mais com o campo. Não coincide mais com a *citê*. O Estado os subjuga, os reúne na sua hegemonia, utilizando suas rivalidades. Para os contemporâneos, entretanto, a majestade que se anuncia lhes aparece velada. A quem se confere a Razão por atributo? À Realeza? Ao divino Senhor? Ao indivíduo? Contudo, é a razão da *Citê* que se restabelece após a ruína de Atenas e de Roma, após o obscurecimento de suas obras essenciais, a lógica e o direito. O Logos renasce; mas o seu renascimento não é atribuído ao renascimento do urbano, e sim a uma razão transcendente. O racionalismo que culmina com Descartes acompanha a inversão que substitui a primazia camponesa pela prioridade urbana. Ele não se vê como tal. Durante esse período, entretanto, nasce a *imagem da cidade*. A cidade já detinha a escrita; possuía seus segredos e poderes. Ela já opunha a urbanidade (ilustrada) à rusticidade (ingênua e brutal). A partir de um determinado momento, ela tem sua própria escrita: o *plano*. Não entendamos por isso a planificação — ainda que ela também se esboce — mas a *planimetria*. Nos séculos XVI e XVII, quando ocorre precisamente essa inversão de sentido, aparecem, na Europa, os planos de cidades e, sobretudo, os primeiros planos de Paris. Ainda não são planos abstratos, projeção do espaço urbano num espaço de coordenadas geométricas. Combinação entre a visão e a concepção, obras de arte e de ciência, os planos mostram a cidade a partir do alto e de longe, em perspectiva, ao mesmo tempo pintada, representada, descrita geometricamente. Um

olhar, ao mesmo tempo ideal e realista — do pensamento, do poder —, situa-se na dimensão vertical, a do conhecimento e da razão, para dominar e constituir uma totalidade: a cidade. Essa inflexão da realidade social para o urbano, essa descontinuidade (relativa) pode perfeitamente ser indicada no eixo espaço-temporal, cuja continuidade permite justamente situar e datar cortes (relativos). Bastará traçar uma mediana entre o zero inicial e o número final (por hipótese, cem).

Essa inversão de sentido não pode ser dissociada do crescimento do capital comercial, da existência do mercado. É a cidade comercial, implantada na cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica. Ela precede um pouco a emergência do capital industrial e, por conseguinte, a da *cidade industrial*. Este conceito merece um comentário. A indústria estaria vinculada à cidade? Ela estaria, antes de mais nada, ligada à *não-cidade*, ausência ou ruptura da realidade urbana. Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta — como se diz — próxima às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento. Assim como a *citê* política resistiu durante longo tempo à ação conquistadora, meio pacífica, meio violenta, dos comerciantes, da troca e do dinheiro, a cidade política e comercial se defendeu contra o domínio da indústria nascente, contra o capital industrial e o capitalismo *tout court*. Por que meios? Pelo corporativismo, a imobilização das relações. O continuísmo histórico e o evolucionismo mascaram esses efeitos e essas rupturas. Estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrindo as remanescências da cidade anterior à indústria. Se esse extraordinário movimento escapa à atenção, se ele foi descrito apenas fragmentariamente, é porque os ideólogos quiseram eliminar o pensamento dialético e a análise das

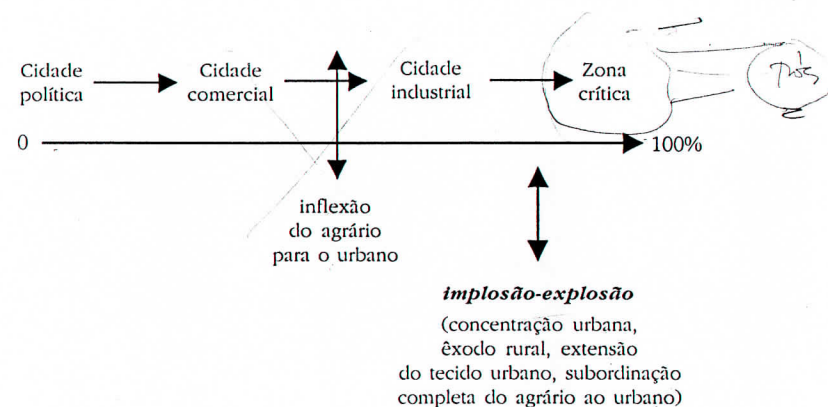
PLANTA	PROFESSOR	CODIGO	PG	TOTAL
600 37	LEONARDO	C	6	10

contradições em favor do pensamento lógico, ou seja, da constatação das coerências e tão-somente das coerências. Nesse movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo ampliada e estilizada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência. Ela se lê ora como um rascunho, ora como uma mensagem autoritária. Ela se declara mais ou menos imperiosamente. Nenhum desses termos descritivos dá conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.).

A *cidade industrial* (em geral uma cidade informe, uma aglomeração parcamente urbana, um conglomerado, uma "conurbação", como o Ruhr) precede e anuncia a *zona crítica*. Nesse momento, a implosão-explosão produz todas as suas conseqüências. O crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos. No curso dessa generalização, por sua vez, a conseqüência desse processo — a saber: a realidade urbana — torna-se causa e razão. O induzido torna-se dominante (indutor). A *problemática urbana* impõe-se à escala mundial. Pode-se definir a realidade urbana como uma "superestrutura", na superfície da estrutura econômica, capitalista ou socialista? Como um simples resultado do crescimento e das forças produtivas? Como uma modesta realidade, marginal em relação à produção? Não! A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço "exprimem" as relações sociais, mas

reagem sobre elas. Bem entendido, se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante, isso só se dá através da *problemática urbana*. Que fazer? Como construir cidades ou "alguma coisa" que suceda o que outrora foi a Cidade? Como pensar o fenômeno urbano? Como formular, classificar, hierarquizar, para resolvê-las, as inumeráveis questões que ele coloca e que dificilmente passam, não sem múltiplas resistências, ao primeiro plano? Quais os progressos decisivos a serem realizados na teoria e na ação prática para que a consciência alcance o nível do real que a ultrapassa e do possível que lhe escapa?

Assim se baliza o eixo que descreve o processo:



O que se passa durante a *fase crítica*? Esta obra tenta responder a esta interrogação, que situa a *problemática urbana* no processo geral. As hipóteses teóricas que permitem traçar um eixo, apresentar um tempo orientado, transpor a zona crítica pelo pensamento, indo além dela, permitem apreender o que se passa? Talvez. Já podemos formular algumas suposições. Dá-se — salvo prova em contrário — uma segunda inflexão, uma segunda inversão de sentido e de situação. A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam.

PASTA	PROFESSOR	CÓDIGO	PG	TOTAL
680 37	L. FERREIRO	C	7	10

Essa hipótese teórica concernente ao possível e à sua relação com o atual (o "real") não poderia levar a esquecer que a entrada na sociedade urbana e as modalidades da urbanização dependem das características da sociedade considerada no curso da industrialização (neoliberalista ou socialista, em pleno crescimento econômico ou já altamente técnica). As diferentes formas de entrada na sociedade urbana, as implicações e conseqüências dessas diferenças iniciais, fazem parte da problemática concernente ao *fenômeno urbano* ou "o urbano". Esses termos são preferíveis à palavra "cidade", que parece designar um *objeto* definido e definitivo, objeto dado para a ciência e objetivo imediato para a ação, enquanto a abordagem teórica reclama inicialmente uma crítica desse "objeto" e exige a noção mais complexa de um objeto virtual ou possível. Noutros termos, não há, nessa perspectiva, uma *ciência da cidade* (sociologia urbana, economia urbana etc.) mas um conhecimento em formação do processo global, assim como de seu fim (objetivo e sentido).

O *urbano* (abreviação de "sociedade urbana") define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível*. O conhecimento teórico pode deixar esse objeto virtual, objetivo da ação, no abstrato? Não. De agora em diante, o urbano é abstrato unicamente sob o título de *abstração científica*, isto é, legítima. O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a *prática urbana* em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem. Que atualmente esta prática esteja velada e dissociada, que hoje existam apenas fragmentos da realidade e da ciência futuras, esse é um aspecto da fase crítica. Que nesta orientação exista uma saída, que existam soluções para a problemática atual, é o que é preciso mostrar. Em suma, o *objeto virtual* não é outra coisa que a sociedade planetária e a "cidade mundial", além de uma crise mundial e planetária da realidade e do pensamento, além das velhas fronteiras traçadas desde o predomínio da agricultura, mantidas no curso

do crescimento das trocas e da produção industrial. Todavia, a problemática urbana não pode absorver todos os problemas. A agricultura e a indústria conservam os seus problemas próprios, mesmo se a realidade urbana os modifica. Ademais, a problemática urbana não permite ao pensamento lançar-se na exploração do possível sem precaução. Cabe ao analista descrever e discernir tipos de urbanização e dizer no que se tornaram as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas pela explosão da cidade antiga e pela urbanização generalizada. Até o presente, a fase crítica comporta-se como uma "caixa preta". Sabe-se o que nela entra; às vezes percebe-se o que dela sai. Não se sabe bem o que nela se passa. Isso condena os procedimentos habituais da prospectiva ou da projeção, que extrapolam a partir do atual, ou seja, a partir de uma constatação. Projeção e prospectiva têm uma base determinada apenas numa ciência parcelar: na demografia, por exemplo, ou então na economia política. Ora, o que está em questão, "objetivamente", é uma totalidade.

Para mostrar a profundidade da crise, a incerteza e a perplexidade que acompanham a "fase crítica", pode-se efetuar uma confrontação. Exercício de estilo? Sim, mas um pouco mais que isso. Eis alguns argumentos a favor e contra a rua, a favor e contra o monumento. Deixemos para depois as argumentações: a favor e contra a natureza, a favor e contra a cidade, a favor e contra o urbanismo, a favor e contra o centro urbano...

A favor da rua. Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, isto é, do *lobby* do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objetivo prioritário, destruidores de toda vida social e urbana. Aproxima-se o dia em que será preciso limitar os direitos e poderes do automóvel, não sem dificuldades e destruições. A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. Quando se suprimiu a rua (desde Le Corbusier, nos "novos conjuntos"), viu-se as

PASTA	PROFESSOR	CODIGO	PG	TOTAL
Geo 31	L. Fernando	C	8	10

conseqüências: a extinção da vida, a redução da "cidade" a dormitório, a aberrante funcionalização da existência. A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior. Os trabalhos de Jane Jacobs mostraram que nos Estados Unidos a rua (movimentada, freqüentada) fornece a única segurança possível contra a violência criminal (roubo, estupro, agressão). Onde quer que a rua desapareça, a criminalidade aumenta, se organiza. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua. Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem? O espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se "selvagem" e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições?

Contra a rua. Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. É o "se" que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um "sujeito", mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De quê? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pôde confinar-se nos lugares especializados, os mercados (praças,...), invadiu a cidade inteira. Na Antigüidade as ruas eram apenas anexos dos lugares privilegiados: o templo, o estádio, a ágora, o jardim. Mais tarde, na Idade Média, o artesanato ocupava as ruas. O artesão era, ao mesmo tempo, produtor e vendedor. Em seguida, os mercadores, que eram exclusivamente mercadores, tornaram-se os mestres. A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem

PASTA	PROFESSOR	CODIGO	PB	TOTAL
4037	L. FERRAZ	C	9	10

sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo. De tal modo que a crítica da rua deve ir mais longe: a rua torna-se o lugar privilegiado de uma repressão, possibilitada pelo caráter "real" das relações que aí se constituem, ou seja, ao mesmo tempo débil e alienado-alienante. A passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez obrigatória e reprimida. Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. Se a rua pôde ter esse sentido, o encontro, ela o perdeu, e não pôde senão perdê-lo, convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados). A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo torna-se o "tempo-mercadoria" (tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido). A rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo.

A organização neocapitalista do consumo mostra sua força na rua, que não é só a do poder (político), nem a da repressão (explícita ou velada). A rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. A acumulação dos objetos acompanha a da população e sucede a do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo "sistema dos objetos" tornados símbolos e espetáculo. A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da "manifestação" efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento.



Contra o monumento. O monumento é essencialmente repressivo. Ele é a sede de uma instituição (a Igreja, o Estado, a Universidade). Se ele organiza em torno de si um espaço, é para colonizá-lo e oprimi-lo. Os grandes monumentos foram erguidos à glória dos conquistadores, dos poderosos. Mais raramente à glória dos mortos e da beleza morta (o Tadj Mahall...). Construíram-se palácios e túmulos. A infelicidade da arquitetura é que ela quis erguer monumentos, ao passo que o "habitar" foi ora concebido à imagem dos monumentos, ora negligenciado. A extensão do espaço monumental ao habitar é sempre uma catástrofe, aliás oculta aos olhos dos que a suportam. Com efeito, o esplendor monumental é formal. E se o monumento sempre esteve repleto de símbolos, ele os oferece à consciência social e à contemplação (passiva) no momento em que esses símbolos, já em desuso, perdem seu sentido. Tal é o caso dos símbolos da revolução no Arco do Triunfo napoleônico.

A favor do monumento. É o único lugar de vida coletiva (social) que se pode conceber e imaginar. Se ele controla, é para reunir. Beleza e monumentalidade caminham juntas. Os grandes monumentos foram trans-funcionais (as catedrais), e mesmo trans-culturais (os túmulos). Daí seu poder ético e estético. Os monumentos projetam uma concepção de mundo no terreno, enquanto a cidade projetava e ainda nele projeta a vida social (a globalidade). No próprio seio, às vezes no próprio coração de um espaço no qual se reconhecem e se banalizam os traços da sociedade, os monumentos inscrevem uma transcendência, um *alburess*. Eles sempre foram utópicos. Eles proclamavam, em altura ou em profundidade, numa outra dimensão que a dos percursos urbanos, seja o dever, seja o poder, seja o saber, a alegria, a esperança.

PROF.	PROFES. OR	DISC.	PG	TOTAL
Geo 37	L. FERNANDO	C	10	10